MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Reunião Regional do CNAS com os CEAS e CAS/DF – Região Centro-Oeste

Ata da ordem do dia 27 de maio de 2021

(Realizada por Videoconferência)

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da Reunião Regional do CNAS com os CEAS e CAS/DF – Região Centro-Oeste
Local: Ambiente Virtual CNAS
Data: 27/05/2021

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um realizou-se a Reunião Regional do CNAS com os CEAS e CAS/DF – Região Centro-Oeste. **ABERTURA:** A Conselheira Nacional Luciana Maria Dias Mota, Representante Governamental da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, iniciou a reunião cumprimentando a todos e justificou a ausência da Vice-Presidente Aldenora Gomes González. Destacou a importância da realização dessa reunião para definição da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e, em seguida, solicitou que os participantes realizassem uma breve apresentação. Feita as apresentações, a Conselheira Nacional Vânia Maria Machado, Representante da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, passou ao primeiro Tema: Apresentação do Informe CNAS nº 01/2021 – Orientações Temáticas e Organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de 202: Apresentação resumida dos Eixos da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Destacou o detalhamento e organização de cada um dos cinco eixos (ementa, desafios no cenário atual, argumentação e questões norteadoras), sugestões de montagem da programação da conferência e normas gerais. Recomendou que houvesse acompanhamento do *Blog* do CNAS, que é o espaço encontrará todas as publicações e informações do processo conferencial, finalizando a sua explanação. Abrindo para manifestações, a Conselheira Estadual Taciana, CEAS/MS, explanou que a definição de temas muito rebuscados dificulta a participação dos usuários, sugerindo que os temas e eixos das próximas conferências sejam organizados de forma mais simples. Discorreu que os problemas vivenciados pelos técnicos e gestores não são materializados nas deliberações do processo conferencial. Informou que o CEAS/MS elaborou uma série de vídeos e um manual para tentar auxiliar aos municípios. A Conselheira Nacional Luciana Maria Dias Mota questionou se houve alguma dúvida em relação aos eixos durante a apresentação ou se está sendo apenas porta voz da situação vivenciada com os municípios. A Conselheira Nacional Vânia Maria Machado explicou que o Informe CNAS nº 01/2021 traz perguntas norteadoras para auxiliar os atores do SUAS a refletirem sobre cada eixo. Compreendeu que o tema está de acordo com o momento atual vivido, sendo que buscaram trazer uma tradução em cada eixo. Informou que a Comissão Organizadora está dividida em equipes, visto que a Equipe de Comunicação propôs a realização de

vídeos e *lives* de orientação. Não havendo mais nenhuma manifestação, passou-se ao segundo Tema: Apresentação do Informe CNAS nº 02/2021 – Recomendações aos Conselhos para garantir Participação e Acessibilidade nas Conferências de Assistência Social: Desafios de participação dos delegados no processo conferencial no contexto Pandêmico nos formatos presenciais e híbridos; e Análise com base em dados recentes a respeito dos riscos envolvidos na realização de conferências de assistência social nos formatos presenciais e híbridos. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro, Representante da Equipe de Participação e Acessibilidade da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, iniciou a apresentação, salientando os desafios na participação dos delegados no processo conferencial no contexto pandêmico nos formatos presenciais e híbridos. Em seguida, explanou sobre as orientações do Informe CNAS nº 02/2021 referente às condutas de segurança biológica, participação e acessibilidade, principais pontos para a garantia de participação e acessibilidade durante a 12ª Conferências de Assistência Social, e orientações à Comissão Organizadora quanto às palestras durante a conferência. Abrindo para manifestações, a Conselheira Estadual Heloiza, CEAS/GO, entendeu que é necessário realizar uma discussão mais aprofundada sobre o Informe CNAS nº 02/2021, uma vez que recebeu uma solicitação de um município que possui a intenção de realizar a sua conferência presencialmente. A Conselheira Nacional Luciana Maria Dias Mota destacou a importância de discutir sobre os cuidados necessários de acordo com a realidade de cada município. A Conselheira Edna Aparecida Alegro registrou que não realizou a sua autodescrição propositalmente no início da sua apresentação para demonstrar que as questões de acessibilidade, às vezes, deixam de ser efetuadas despercebidamente. Desafiou que cada participante faça a sua autodescrição e realizou a sua. A Conselheira Estadual Cristina Siqueira Sato realizou a sua autodescrição e discorreu que o seu estado possui um grande desafio relacionado à acessibilidade devido às dificuldades de acesso de *internet*. A Conselheira Nacional Luciana Maria Dias Mota mencionou alguns desafios existentes, sugerindo solicitar o auxílio de outras áreas para saná-los. O Conselheiro Estadual Adão Benedito, CEAS/MT, também realizou a sua autodescrição e discorreu que a explanação sobre acessibilidade ampliou o seu conceito nesse momento de pandemia. Informou que o CEAS/MT está buscando acelerar os preparativos para a conferência, por meio do atendimento de todas as demandas encaminhadas. Informou que a Comissão Organizadora sugeriu a realização de *live* para a retirada de dúvidas dos municípios, na qual foram colocadas várias preocupações sobre a acessibilidade, especialmente, relacionado ao acesso de *internet*. Relatou que foi elaborada uma orientação de

princípios e de legislações sobre a obrigatoriedade da realização das conferências, todavia, observou que possuem um grande desafio de convencer os municípios a realizarem-nas. Questionou quais são as providências que os CEAS podem tomar para auxiliar esses municípios. A Conselheira Nacional Vânia Maria Machado salientou que o contexto vivido não pode ser utilizado como justificativa para a não realização das conferências, sugerindo que os conselhos municipais e estaduais mobilizem outros atores que possibilitem a sua realização. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro salientou que as conferências estão previstas legalmente e possui uma obrigatoriedade de acontecer, entendendo que a pior penalidade é perder a oportunidade de discutir a situação e apresentar propostas. A Conselheira Nacional Vânia Maria Machado manifestou que o CNAS recebeu algumas demandas informando sobre a não realização de conferências, ponderando que essa questão estará na pauta da Comissão de Normas de Assistência Social para reflexão. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro mencionou sobre a manifestação de uma usuária que participou da Reunião Regional da Região Sul e Sudeste, que credita que haverá maior participação de usuários por está se falando mais das conferências, justamente pelas dificuldades existentes. A Conselheira Estadual Heloiza compreendeu que as conferências virtuais possibilitará a realização de um debate mais qualitativo e relatou que o CEAS/GO construiu os informativos e está se organizando para a realização das conferências municipais e estaduais. Destacou a importância dos conselhos se articularem com a gestão. A Conselheira Nacional Vânia Maria Machado questionou se os estados presentes já possuem a convocatória das suas conferências para que os municípios sejam motivados. Manifestaram que realizaram a convocatória os estados de Goiás e do Mato Grosso, sendo que as suas conferências serão realizadas nos dias 25 a 27 de outubro e 28 e 29 de outubro, respectivamente. A Conselheira Estadual Heloiza relatou que o seu estado pensou na realização de reuniões regionais, porém, precisam de mais informações por nunca ter sido realizada. A Conselheira Nacional Vânia Maria Machado entendeu que seria interessante a troca de experiência em relação a esse assunto, destacando que o estado de Minas Gerais possui essa experiência. Informou que, no período da tarde, será realizada uma apresentação sobre o formato virtual utilizado pela FLACSO, que viabilizou a realização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro relatou sobre o modelo utilizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e a Conselheira Estadual Heloiza ponderou que haviam pensado na possibilidade de fracionar os dias da conferência estadual. A Conselheira Nacional Vânia Maria Machado sugeriu destinar os

dias já definidos para aprovação para não alterar a convocatória já feita e criar outros momento prévios. A Conselheira Estadual Taciana informou que o estado do Mato Grosso do Sul realizará quatro conferências regionais, sendo que a conferência estadual será realizada nos dias 6 e 7 de outubro. Explanou que foi elaborado um guia orientador para as conferências municipais, estabelecendo quantos participarão da conferência estadual e das conferências regionais. Feitos alguns esclarecimentos sobre a realização das conferências regionais e finalizadas as manifestações, a Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro informou que o CNAS está à disposição para esclarecimentos. Destacou a importância de identificar as dificuldades de participação através da ficha de inscrição. A Conselheira Nacional Luciana Maria Dias Mota agradeceu a presença de todos, encerrando o período da manhã. Retomando a reunião no período da trade, a Conselheira Nacional Valneide Nascimento dos Santos, Representante da Sociedade Civil da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, cumprimentou e desejou boas-vindas a todos, abrindo para manifestações iniciais. Não havendo manifestações, a Sra. Hélia Braga, Secretaria Executiva do CNAS, explicou que o Secretário-Executivo do CONANDA não pode está presente nesta reunião e será executado um vídeos da sua apresentação em uma das reuniões regionais já realizadas. Explicou que as respostas aos questionamentos serão enviadas por *e-mail*. A Conselheira Nacional Valneide Nascimento dos Santos realizou a sua autodescrição, passando ao terceiro Tema: Desafio de participação dos usuários no processo conferencial em formatos virtuais: Análise tecnológica das possibilidades e estratégias de uso de plataformas que garantam acesso dos usuários em conferências virtuais. Foi executado o vídeo com a apresentação do Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretário-Executivo do CONANDA, em que cita que a participação social é a base e o pilar das conferências. Destacou como foi realizada a organização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio de Carta Acordo de Internacional com a FLACSO, explanando sobre: definição da modalidade e do ambiente virtual para realização; questões enfrentadas; principais adaptações; necessidades do ambiente virtual; ficha de inscrição; regimento interno; definição dos delegados, convidados e observadores; orientação sobre a metodologia e participação na etapa nacional. A Conselheira Nacional Valneide Nascimento dos Santos observou que é um desafio realização de conferências virtuais para equipe técnica quanto para os participantes diante a dificuldade de acesso de *internet*. A Conselheira Edna Aparecida Alegro ponderou que essa questão foi trata no período da manhã, salientando que será um grande desafio minimizar as dificuldades de conectividade. A Conselheira Nacional Valneide Nascimento

dos Santos entendeu que será necessário pensar em uma metodologia distração por alguns momentos e buscar uma forma de retorno das participações. Orientou que os questionamentos poderão ser realizados pelo *chat* ou nesse momento, reforçando que as respostas serão encaminhadas por *e-mail*. A Conselheira Estadual Heloiza questionou sobre a possibilidade de terem acesso ao termo de referência do CONANDA ou do CNAS em relação à contratação do serviço, para que os conselhos estaduais tenham suporte para elaborar esse documento. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro explicou que a FLACSO auxiliou na definição do termo de referência, entendendo que poderá fazer essa orientação também aos estados, juntamente com o Sr. Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, que já se colocou a disposição. A Conselheira Nacional Valneide Nascimento dos Santos informou que a apresentação realizada pelo Secretário-Executivo do CONANDA já está disponibilizada no *site* de cada conselho e que o CEAS/RJ está em contato com o CONANDA para orientações, sendo que o CEAS/GO poderia buscar um contato com esse conselho estadual para esclarecimentos. A Conselheira Estadual Heloiza compreendeu que seria importante pensar em um formato que não seja limitado em três dias. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro ponderou que a Conferência Nacional do CONANDA foi pensada com o propósito de oportunizar o acesso a todos e discorreu que o regimento interno é uma questão que pode ser trabalhada antes da conferência para maximizar o tempo para os debates necessários. O Conselheiro Municipal André Martins, CMAS/Cuiabá, questionou como a tecnologia apresentada pode ser apropriada pelas demais instâncias do controle social e entendeu que a plataforma apresentada é muito boa e possibilita conectar várias pessoas. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro explanou que existem questionamentos que não conseguiram responder nesse momento, uma vez que o próprio Ministério da Cidadania ainda deverá decidir pela elaboração ou não de uma plataforma própria. Inferiu que os conselhos municipais e estaduais terão que trabalhar o seu caso específico, buscando as melhores formas de interação. A Conselheira Municipal Joyce, CMAS/Cuiabá, solicitou esclarecimentos sobre a plataforma utilizada no CEAS/RJ, uma vez que deliberaram a realização da conferência municipal *online* em julho. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro explicou que a plataforma do CONANDA foi desenvolvida pelo Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos – MMFDH, porém, observou que haverá dificuldade de disponibilização dessa plataforma aos municípios. A Conselheira Nacional Valneide Nascimento dos Santos explanou que a disponibilização da plataforma deve ser tratada em diálogo entre os conselhos municipais e estaduais com contrapartida dos gestores. A Conselheira Nacional Edna

Aparecida Alegro complementou discorrendo que os estados e municípios podem desenvolver a sua própria plataforma ou contratar uma empresa para a sua elaboração. **ENCERRAMENTO:** Realizada a foto oficial e encerrados os debates, a Conselheira Nacional Valneide Nascimento dos Santos agradeceu a presença de todos, encerrando a Reunião Regional do CNAS com os CEAS e o CAS/DF – Região Centro-Oeste.

Maio de 2021